



## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS Á LUZ DA LEGISLAÇÃO

Glória Aparecida Ramos<sup>1</sup>  
Laurícia Rodrigues Nascimento Tibério de Lima<sup>2</sup>  
Rosa Jussara Bonfim Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** A busca pela qualidade da Educação como um direito de todos, envolve variados fatores que devem nortear a formulação de políticas educacionais, dentre eles: o reconhecimento do valor da profissão docente pela sociedade que perpassa pela formação, condições de trabalho e salário digno. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou: analisar o processo histórico da formação de professores e as diretrizes que norteiam essa formação. Como objetivos específicos, pretendeu-se: apresentar a evolução da formação docente e sua influência para a qualidade do ensino; refletir sobre os processos de formação e valorização docente e enfatizar as possibilidades de uma formação docente sólida e multidisciplinar. Para tanto, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica e de campo para atingir os objetivos deste trabalho. Salienta-se que, não basta o domínio de conteúdo específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. Portanto, a prática pedagógica não é isenta de conhecimentos teóricos e que estes, por sua vez, ganham novos significados quando diante da realidade escolar.

<sup>1</sup> Licenciatura em pedagogia pela Faculdade do Noroeste Mineiro - FINOM

<sup>2</sup> Licenciatura em pedagogia pela da Faculdade do Noroeste Mineiro - FINOM

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Formação de Professores pela Universidade Aberta de Portugal. Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Universidade de Ottawa (Canadá) (PhD). Mestre em Educação na Linha de Pesquisa de Ensino e Aprendizagem nos contextos socioeducativos e escolares, na perspectiva de teorias humanísticas, psicanalíticas e psicogenéticas. Membro do Grupo de Pesquisa Diálogo Transversal em parceria com a UNESCO e Editora da Revista Educação In loco - FINOM. Atua como Avaliadora da Educação Superior do INEP (Avaliadora Institucional e de Cursos com Duplo Perfil). Especialista, Professora e Formadora do LEEI - Leitura e Escrita na Educação Infantil, Coordenadora da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro. Professora da Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM. Professora Conteudista do Programa Trilhas para o Futuro Educador do Governo de Minas Gerais, Professora Conteudista e tutora EAD do NEAD Icesp. Graduada em Normal Superior e Pedagogia. Pós-Graduada em Psicopedagogia, Direito Educacional, Docência Superior, Supervisão Escolar, Gestão em Docência e Gestão Pública. <https://orcid.org/0000-0002-2714-232X>

**Palavras-Chave:** formação de professores; valorização docente; formação continuada.

**Abstract:** The search for the quality of education as a right for all involves several factors that should guide the formulation of educational policies, among them: Recognition of the value of the teaching profession by society that permeates training, working conditions and decent salary. In this perspective, the research sought to: analyze the historical process of teacher training and the guidelines that guide this training. As specific objectives, it is intended to present the evolution of teacher training and its influence on the quality of teaching; reflect on the processes of teacher training and valorization and to emphasize the possibilities of a solid and multidisciplinary teacher training. Therefore, it was necessary to carry out a bibliographic and field research to achieve the objectives of this work. It should be noted that mastery of specific or pedagogical content is not enough for someone to become a good teacher, it is also not enough to be in contact only with the practice to ensure quality teacher training. Therefore, pedagogical practice is not exempt from theoretical knowledge and that these, in turn, gain new meanings when in the face of school reality.

**Keywords:** teacher training, teacher appreciation, continuing education.

## Introdução

Quando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61) foi finalmente sancionada, Anísio Teixeira publicou um breve artigo que saudava a nova lei que era o resultado de uma luta em que “as pequenas mudanças constituem vitórias e não dádivas ou modificações arbitrárias do legislador, social e cultural que lhe permitirá orientar o processo educativo”.

Após muitas lutas na década de 90 tivemos a Lei 9394/96 que esclarece em seu artigo 62 a respeito das instituições formadoras de docentes, em nível superior, para atuar na educação básica.

Ou seja, só há dois caminhos para a formação docente: aquela oferecida pelas universidades ou aquela a ser ministrada em institutos superiores de educação.

A busca pela qualidade da Educação como um direito de todos envolve variados fatores que devem nortear a formulação de políticas educacionais, dentre eles: o reconhecimento do valor da profissão docente pela sociedade que perpassa pela formação, condições de trabalho e salário digno.

Sabemos que, não basta o domínio de conteúdo específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. Sabe-se que a prática pedagógica não é isenta de conhecimentos teóricos e que estes, por sua vez, ganham novos significados quando diante da realidade escolar.

Refletir acerca da formação dos professores é preponderante, e mais importante ainda, é pensar a formação de um professor que compreenda os fundamentos do ensino e revele uma visão ampla dos saberes interdisciplinares.

Haja vista, que o professor dos anos iniciais perpassa por todos os conteúdos dos anos iniciais da educação básica. Significa para nós, como nas palavras de Milton Santos (1998, p. 15) que “[...] o trabalho do educador, do professor tornado educador, seja o trabalho de interpretação do mundo, para que um dia este mundo não nos trate mais como objetos e para que sejamos povoadores do mundo como homens [...]”.

Analisar o processo histórico da formação de professores e as diretrizes que norteiam essa formação. Apresentar a evolução da formação docente e sua influência para a qualidade do ensino; refletir sobre os processos de formação e valorização docente; Enfatizar as possibilidades de uma formação docente sólida e multidisciplinar.

## **Materiais e Métodos**

É preciso assegurar igualmente uma fundamentação epistemológica, ou seja, garantir uma pesquisa que se embase no processo de construção do conhecimento, consolidando-se a convicção quanto ao caráter construtivo desse processo.

Fato este que pode ser executado por meio da pesquisa qualitativa por meio de questionário aberto com questões semiestruturadas. [...] não basta o profissional da educação dominar e aplicar competentemente a sua atividade docente, determinadas habilidades técnicas, para que a relação pedagógica surta seus efeitos é preciso estudo e pesquisa (SEVERINO, 2003, p. 86).

Quanto aos seus procedimentos, está é uma pesquisa bibliográfica e de campo, pois se baseou em autores para a fundamentação teórica e coleta dados também para analisar questões abordadas e respondidas no questionário. Essas perguntas buscaram atingir aos objetivos propostos inicialmente, bem como responder à questão que norteia esse estudo. Segundo Fonseca (2002), existe a coleta de dados junto a pessoas para obter-se as respostas desejadas. Assim, três professoras dos anos iniciais de escolas públicas na cidade de Paracatu/MG no ano de 2022, foram o foco deste estudo.

## **Referencial Teórico**

Segundo Chiare e Rausch (2013), há muito se discute sobre as necessidades formativas docentes, reflexões desde a formação inicial até a formação continuada para esses profissionais como uma prática a ser garantida pelas redes de ensino. Assim, cabe destacar que embora a oferta seja garantida pela legislação, ainda existem desafios a serem superados sobre o acesso e as condições sob as quais ela é ofertada.

Dessa maneira como possibilidades figuram o estudo de situações práticas decorrentes de seus contextos de trabalho e o exercício da reflexão docente, para avaliar criticamente ações pedagógicas já praticadas e, ao mesmo tempo, tomar decisões relacionadas às suas ações pedagógicas futuras. Compreendemos que a formação continuada adquire maior sentido quando possibilita a interlocução, entre os profissionais que dela participam, de saberes manifestados por meio da interação dialogada acerca de situações enfrentadas por eles no cotidiano (CHIARE e RAUSCH, 2013, p.28).

Nesse sentido é importante que os sujeitos envolvidos no processo educativo estejam envolvidos, sejam eles: gestores, professores, demais profissionais e os pais dos alunos também, de forma a garantir uma aprendizagem significativa e para isso consequentemente, apoiar um processo de formação contínuo e de qualidade.

Na visão de Chiare e Raush (2013), quando pode-se formar a partir dos contextos de trabalho, pode-se oferecer aos profissionais espaços de avaliação e discussão, para que a formação aconteça integrada ao cotidiano. Sobretudo, é válido considerar que a articulação dos conhecimentos teóricos com os saberes adquiridos no exercício da profissão resulta em uma formação contínua.

Segundo Silva e Oliveira (2014), uma organização educacional, precisa pensar na qualidade do trabalho e possibilitar contribuições no processo de ensino e aprendizagem de criança. Por essa razão a formação continuada como processo de educação, valoriza novos conhecimentos e atualizações para o exercício reflexivo do saber e fazer pedagógico.

Portanto, entende-se que o direito à educação constitui em elementos sociais que além da educação envolve a política, a economia e o contexto histórico. Ambos unidos em prol da melhor organização, ressaltado no art. 205 da Constituição Federal de 1988: Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Diante desse artigo é possível compreender a relevância da educação enquanto direito de todos. Baseada em elementos acima citados, ela promove o desenvolvimento do indivíduo e de toda uma sociedade por meio da promoção de saberes amplos que o sujeito leva para a vida pessoal e

social, podendo sobretudo exercer sua cidadania transformando a realidade onde está inserido por meio da educação.

Segundo Bonfim Silva (2013, p.13), esses aspectos identificam e tratam saberes relacionados a prática pedagógica: “[...] o diálogo e os processo de aprendizagem como facilitador da promoção do desenvolvimento pleno do ser humano, bem como do movimento dos educadores.” Pode-se compreender que essa articulação compreende a educação como essencial para a vida humana, ou seja, para Bonfim Silva (2013), é enfatizado que a educação transforma as pessoas não apenas no campo cognitivo, mas subjetivo e pessoal.

Assim, o exercício da reflexão docente é capaz de permitir avaliar criticamente ações pedagógicas já praticadas e tomar decisões relacionadas às suas ações pedagógicas futuras. Isto é, ao falar sobre sua prática, os professores podem examiná-la e isso desencadeia novos posicionamentos e decisões para qualificar a atuação docente.

Nessa perspectiva Bonfim Silva (2013), salienta que pensar na educação como pilar fundamental que promove o pleno desenvolvimento humano, é entender e conciliar o desenvolvimento pessoal, cultural, social e aliar essas questões a modernidade, para que a aprendizagem que é foco, seja atrativa para os estudantes, e sobretudo, significativa.

Portanto, as concepções do pleno desenvolvimento humano: “[...] trazem a concepção de uma educação integrada, que seria aprender e fazer, partindo da informação, conjugando com a formação e sintetizando com a ação.” (BONFIM SILVA, 2013, p.17). Isso é enfatizar os saberes teóricos e práticos, refletir sobre a ação pedagógica e agir por meio dela para transformar a sociedade.

Para Nadolny (2010), o desenvolvimento profissional docente é um processo individual, mas também coletivo que é consolidado nas diversas experiências e aprendizagens que envolvem o ato de ensinar. Portanto, relacioná-lo às especificidades da atuação docente é fundamental, bem como às especificidades organizacionais das próprias instituições.

O núcleo central da formação é o exercício da docência e neste exercício os professores são sujeitos sociais responsáveis pela mediação da cultura e dos saberes escolares. Nessa perspectiva o professor é o responsável por mobilizar conhecimentos, capacidades e pode intensificar os questionamentos na perspectiva de desenvolver uma prática pedagógica reflexiva.

De acordo com Silva e Oliveira (2014), o professor é relevante para que a qualidade do ensino seja cumprida e aperfeiçoada diariamente, assim sendo, a sua formação o valoriza como profissional, por isso o gestor pode e deve colaborar com o docente dando suporte pedagógico e administrativo para o seu aperfeiçoamento.

É importante salientar que como sujeitos sociais responsáveis pela mediação da cultura e dos saberes escolares, os professores precisam estar se capacitando continuamente, necessitando conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas.

Considerando que: “É dentro da escola que o professor aprende, trabalhando, colocando em prática os conhecimentos, as habilidades, as atitudes apropriadas em situações concretas de seu cotidiano” (SILVA e OLIVEIRA, 2014, p.74). Além da formação é importante saber relacionar socialmente, entender e interagir com o estudante e sua especificidade, trabalhando com a diversidade, de maneira lúdica e interdisciplinar.

O envolvimento de todos permite que a formação seja voltada ao cotidiano para que o professor possa resolver os problemas à sua volta, agindo de forma consciente em sua prática. Contudo, segundo Silva e Oliveira (2014), embora possam acontecer desafios, o professor não pode esquecer que é imprescindível mediar o conhecimento e proporcionar um processo de ensino e a aprendizagem de qualidade e com respeito que o aluno merece.

Sabe-se que o professor é um profissional que media o conhecimento, nessa perspectiva, entende-se que a formação do professor é indispensável para a prática educativa, a qual se constitui o cenário de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Assim, o profissional da educação é um profissional dinâmico que está sempre buscando conhecimento e construindo saberes ao longo da sua trajetória acadêmica e profissional.

Dessa forma, é preciso compreender que a formação docente incide na reflexão fundamental de que ser professor é ser um profissional da educação que trabalha com pessoas, conseqüentemente, enfrenta desafios, mas também possui possibilidades. Logo, o docente necessita de um processo permanente de formação, em busca do conhecimento constante que dá suporte à teoria aprendida a sua prática pedagógica e social.

No dia 20 de dezembro de 1996, aprovou-se a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assinalou um momento de transição significativo para a educação brasileira, tendo como fim a formação dos profissionais da educação com a finalidade de “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996, p.20).

Segundo a Lei, a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço e o aproveitamento da formação e experiências anteriores, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em outras atividades, que não são do ensino, determinou a formação em nível

superior de todos os professores, e os seus cursos normais superiores como os locais preferenciais para essa formação:

Art.61- A formação de profissionais da educação, de modo a atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I- A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;  
II- Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (BRASIL, 1996, p. 20).

Contudo, houve preocupação na especialização para o magistério de nível superior como ascensão ao título acadêmico, já que sua qualidade não é questionada e a comercialização dos títulos pode se propagar com interesses no lucro financeiro e não da formação de qualidade.

Art. 67- Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;  
II -aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico, remunerado para esse fim;  
III - piso salarial profissional;  
IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho.  
V- período reservado a estudos, planejamento, incluído na carga de trabalho;  
VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996, p. 21).

Determina ainda que, a formação inicial e continuada de professores acontecerá em regime de colaboração entre os entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A formação continuada dos professores acontecerá no local de trabalho ou em instituições de ensino superior; a formação inicial dos professores da educação básica acontecerá de preferência na modalidade presencial, podendo se fazer o uso de recurso da educação à distância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN DE 1996, instaurou no Brasil uma nova proposta de formação de professores disciplinada por meio do Parecer CNE/CP 9/2001, que destaca a “concepção restrita de prática” dentre as questões a serem enfrentadas no campo curricular. Posteriormente, as Resoluções de CNE/CP 02/2002 propuseram um novo olhar sobre o formato dos cursos de Licenciatura, favorecido pelo caráter de componente curricular atribuído às práticas.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação, depois de muitos debates aprovou a Resolução nº 1, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, este documento ressalta

que no curso de Pedagogia aplica-se a formação inicial para o exercício da docência, capacitando para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2006).

Entretanto, amplia essa formação, como se pode constata em seu artigo 4º, ao afirmar que o Curso de Pedagogia é para a formação de professores da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Com atividades que englobam o planejamento, acompanhamento e avaliação de tarefas, a produção e difusão de conhecimentos científicos (BRASIL, 2006).

Com a aprovação, no dia 1º de julho de 2015, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, com os cursos de: licenciatura, formação pedagógica para graduados, segunda licenciatura e para formação continuada, marcou-se um momento de transição para as políticas de formação dos profissionais do magistério da educação básica.

Tais Diretrizes, em seu Art. 15, define que enquanto ocorrer o processo formativo este deve garantir a relação entre a teoria e a prática, uma vez que fornecem elementos básicos para o desenvolvimento de capacidades e habilidades, além de conhecimentos primordiais para o exercício da docência (BRASIL, 2015).

Assim, sugerem uma estrutura curricular que articule uma base nacional comum, para repensar o que e como ensinar sem perder de vista a parte diversificada, pautada na concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz a práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão (BRASIL, 2015).

Salienta-se que, o Parecer 09/2001 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, atendendo a necessidade de preparar o docente de modo a contemplar algumas características atuais da sociedade.

## Resultados

Foram três professoras de escolas públicas da cidade de Paracatu/MG no ano de 2022, que responderam ao questionário estruturado com cinco perguntas.

As docentes são de diferentes escolas e professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo duas professoras do 2º ano e a outra do 5º ano.

Estas, serão identificadas com siglas para garantir o anonimato, as professoras do segundo ano: P2A e P2B, e a professora do quinto ano: P5.

A primeira questão evidenciou o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) que enfatiza a formação dos professores. Questionou-se quais os benefícios da formação de qualidade para o docente, na visão das educadoras.

A docente P2A, destacou que: *“Uma formação adequada serve como alicerce para construir escolas, cidadãos e profissionais mais competentes, éticos e humanos.”*

Nessa mesma linha de pensamento, Silva (2015), destaca que a concepção de educação e de formação está diretamente relacionada à conscientização, à produção de uma consciência plena, verdadeira, que alcança a emancipação.

Para a docente, P2B a formação de qualidade proporciona ao professor: *“um melhor desempenho do ensino aprendizagem”*. Dessa forma, Nogueira (2015), complementa que é importante sistematizar conhecimentos e saberes específicos para a educação do sujeito.

A docente P5, enfatizou que:

*“Quando se olha para o sistema educacional se espera uma grande evolução e a esperança de que a profissão professor se torne mais atrativa. O professor que tem uma formação de qualidade é capaz de influenciar seus alunos positivamente, esse professor busca novas maneiras de ensinar, aumentando assim a qualidade do ensino aprendizagem.”*

É compreensível que para que a prática pedagógica possa obter resultados satisfatórios para o educando, o professor deve estar em um constante processo formativo, a formação continuada de professores ressignifica o ambiente escolar, pois abre espaço para novas práticas educacionais. Segundo Nogueira (2015), isso é fundamental para que exista possibilidades de melhorar a atuação pedagógica do professor.

A segunda questão abordou os maiores desafios de ser professor dos anos iniciais na atualidade, e os pontos apresentados pelas professoras foram, pela docente P2A: *“Alcançar o engajamento do aluno nos conteúdos a serem aplicados seja pela dificuldade de compreensão, o tempo de aula ou interesse no assunto.”*

Promover uma aprendizagem diversificada e significativa, faz parte de despertar o interesse do aluno e para isso, Nogueira (2015), afirma que o professor não pode se sentir perdido dentro de sala, sem saber o que fazer com todo aquele conteúdo, devendo promover atividades que sejam pertinentes ao que os alunos vivenciam em seu dia-a-dia.

Foi destacado pela docente P2B, a dificuldade: “[...] a falta de apoio das famílias.” Sabe-se que a família é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, a interação da escola juntamente com a família é um fator relevante para o desenvolvimento do aluno, para Szymanski (2003), o seu apoio é primordial para o sucesso escolar do estudante.

Para a professora P5, o maior desafio é: “o desinteresse dos alunos durante as aulas, falta de compromisso dos alunos”. O professor deve se preocupar em desenvolver atividades que envolva o aluno levando-o a compreender o que está sendo ensinado, ao invés de apenas memorizar, relacionar o que está sendo estudado com fatos da atualidade. Segundo Nogueira (2015), é preciso levar o aluno a buscar o conhecimento, analisando e discutindo, pois se não fará com que suas aprendizagens não tenham significância e, por isso, poderá caminhar no sentido da desmotivação e consequentemente alienação.

O terceiro questionamento buscou entender o que é necessário para superar esses desafios. A docente P2A respondeu que: “adotar formas diferentes de ensinar, como as metodologias ativas”.

Nesse sentido, cabe destacar que: Na atualidade, a exigência de um profissional cada vez mais qualificado que participa de uma prática constante e contínua de estudo (SILVA, 2015, p.3881).

Dessa maneira o professor precisa buscar capacitação contínua, para que tenha práticas inovadoras dentro do ambiente escolar.

A P2B, salienta que manter uma: “*formação direcionada para sanar essas dificuldades do ensino de forma mais objetiva*”. A diversidade dentro do espaço escolar é muito grande, cada aluno apresenta uma personalidade, sendo assim é muito importante que o professor esteja em formação contínua desenvolvendo técnicas e estratégias para aprender a lidar com as diversidades, oferecendo o melhor aprendizado para todos os alunos. Nogueira (2015, p.2), nessa perspectiva afirma que: “a formação de um professor não se esgota na graduação, pois é um processo contínuo.” Por isso há uma necessidade de um profissional que se preocupa com sua qualificação e com o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

E a P5 destacou que: “*Saber explicar bem os conteúdos, ter domínio do conteúdo, usar a tecnologia para tornar as aulas mais atrativas. Desenvolver uma boa comunicação com os alunos.*” A resposta desta docente, retrata a realidade de diversos professores no cenário atual: Quando o professor chega à sala de aula vezes se encontra em conflito, pois muitas vezes em sua formação não conseguiu relacionar a teoria e a prática (NOGUEIRA, 2015, p.3).

É fundamental portanto, que o docente esteja se capacitando e relacionando a teoria à prática, num processo constante de formação e autoformação.

A quarta pergunta focou na valorização dos profissionais da educação que é garantida na forma da lei, no artigo 206, da Constituição Federal. Indagando como essas profissionais veem a valorização dos professores dos anos iniciais.

A docente P2A destacou que algumas coisas precisam melhorar para que o professor seja valorizado, como por exemplo: “[...] remuneração adequada, condições adequadas de trabalho”.

Nesse mesmo sentido a professora P2B, enfatiza que não está acontecendo valorização e para que isto seja possível: “[...] É preciso que haja valorização da formação acadêmica, melhores salários.”

E por fim a docente P5 também concorda com as demais e salienta que é necessário: “[...] remuneração adequada, garantia de condições adequadas de trabalho, reconhecimento da profissão”.

Nesse cenário, onde as respostas foram idênticas no sentido de que a valorização está na formação de qualidade e no salário digno, bem como nas condições adequadas de trabalho.

Faz-se necessário salientar que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 206, V, determina a valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma de lei, plenos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Assim, a valorização é um dos princípios constitucionais de ensino, que destaca que os sistemas devem promover a valorização dos profissionais da educação, embora isto não seja considerado pelas docentes pesquisadas.

O último questionamento enfatiza o artigo 205 da Constituição Federal, que expressa a educação como direito de todos. Assim, buscou-se saber das docentes se elas acreditam que esse direito está sendo respeitado na atualidade.

A docente P2A, respondeu que: “*Ainda há negligências por parte de algumas famílias.*” Novamente a família é destaca, e por essa razão, segundo Costa e outros (2019), é preciso que exista diálogo entre a escola e a família para que ocorra o desenvolvimento integral do sujeito.

A P2B salientou que: “*Quando se refere a alunos matriculados sim, mas o governo poderia melhorar as condições de ensino, organizar materiais pedagógicos para melhor aplicabilidade no ensino aprendizagem dos alunos.*”

Para Neto e outros (2013) a estrutura física, os materiais didáticos propiciam um melhor aprendizado, e contribui para o pedagógico.

E por fim, a P5 afirma que isso não acontece na prática e que: “[...] muitos têm pelo menos um dos seus direitos fundamentais não respeitados.”

Tendo como base o direito à educação, salientado no artigo 205 da Constituição de 1998, citado neste trabalho, é importante afirmar que embora a docente considere que exista a violação de direitos básicos. A educação enquanto direito de todos, traz a exigência que todo cidadão pode fazer em seu favor.

## **Discussão**

Esta pesquisa permitiu que ocorresse um processo de reflexão e de auto avaliação docente, porque ao levantar perguntas que direcionam o pensamento para o ensino-aprendizagem associado a formação continuada dos professores é sobretudo, enfatizar que a ação educativa que busca-se constantemente depende do profissional e da sua base de conhecimentos.

Nessa perspectiva, cabe salientar que segundo Nadolny (2010), apesar de existirem certas atitudes e predisposições pessoais nos professores para a reflexão, há todo um conjunto de destrezas ou habilidades que os professores devem dominar para concretizar uma prática reflexiva.

A formação de professores foi o foco deste estudo, portanto é o elemento chave no desenvolvimento deste profissional, é um processo sistemático e organizado que se refere tanto à formação inicial, quanto à formação continuada. A formação de professores precisa proporcionar a aquisição ou a ampliação de competências profissionais nas diferentes etapas de formação, num sentido de continuidade e de ligação entre o currículo da formação inicial e continuada (NADOLNY, 2010, p.21).

Dessa maneira, entende-se que quanto à formação continuada, que diz respeito à aprendizagem dos professores que estão no exercício da profissão. É um processo que depende da vida pessoal do professor, mas também das políticas e dos contextos nos quais ele realiza sua prática.

Assim, para o autor acima citado, as experiências espontâneas e planejadas de aprendizagem, realizadas para benefício direto ou indireto do professor, do grupo de professores ou da escola é que contribuem para a qualidade da educação, fazem parte do processo de desenvolvimento profissional.

Nadolny (2010), destaca ainda que a ideia de formação se constrói por meio de um trabalho de reflexão sobre as práticas e não por acúmulo de cursos, conhecimentos e técnicas. E encontra desafio, por falta de que os professores reconheçam e assumam o seu papel central na implantação das políticas educativas.

Por essa razão é possível afirmar que: A formação continuada vai além de um treinamento, uma capacitação. Como o próprio nome diz, é contínua e se faz no dia a dia, levando em consideração os saberes que os professores trazem consigo (NOGUEIRA, 2015, p.10).

Contudo, o professor não pode contentar apenas com os saberes construídos ao longo de sua trajetória, mas precisam buscar sempre o novo, priorizando o resgate de sua identidade e autonomia em seu próprio espaço de trabalho.

Portanto, é preciso que ao professor seja dada voz no seu processo de formação, a qual deve se dar em seu cotidiano. Por meio das políticas públicas educacionais, disponibilizar em meio à carga horária dos professores, um espaço para que os mesmos possam desenvolver atividades coletivas.

### **Considerações Finais**

O presente estudo analisou o processo histórico da formação de professores e as diretrizes que norteiam essa formação. Sobretudo, apresentou a evolução da formação docente e sua influência para a qualidade do ensino, refletiu sobre os processos de formação e valorização docente, e enfatizou as possibilidades de uma formação docente sólida e multidisciplinar.

Desta maneira, conseguiu atingir os objetivos levantados a priori, bem como respondeu à questão norteadora da pesquisa e confirmou a sua hipótese. Por meio da pesquisa bibliográfica e de campo, foi possível contribuir para sociedade acadêmica, destacando a relevância da temática abordada nesta pesquisa.

Elementos importantes como, por exemplo: a formação de qualidade, a valorização docente, a capacitação contínua, foram enfatizados no trabalho e por isso entende-se a necessidade que ocorra uma tomada de posição, para atuação crítica e reflexiva, a fim de reconstruir a identidade pessoal e profissional permanentemente.

Finalmente, cabe destacar que a aprendizagem ocorre na interação e ação com o mundo e com os outros. Sendo o homem, um ser social e histórico, ele se desenvolve por meio de uma atividade (formação) e é por meio dela que é conduzido e desenvolverá ações que concordarão com seu objeto (conhecimento).

Espera-se que esta pesquisa seja objeto de estudo para futuras investigações referentes a formação docente e as suas diretrizes, para que a contribuição seja ainda mais ampla e permita a reflexão dos professores em formação inicial ou continuada.

### Referências:

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Portal MEC. Brasília, DF: MEC/CNE/CP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> acesso em: 06 de abril de 2022.

BRASIL, **Lei 9.394, de 1996. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. 2002 b. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 09 de abril de 2022.

BONFIM SILVA, Rosa Jussara. **Saberes da prática pedagógica que favorecem o pleno desenvolvimento do educando**. 2013. 113 f. Dissertação (Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

CHIARE, L. G; RAUSCH, R. B. **Formação continuada de professores da educação infantil: Possibilidades, desafios e perspectivas**, 2013. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br2>> Acesso em: 24 março de 2022.

COSTA, Maria Aparecida da; SILVA, Francisco Mário Carneiro. da; SOUZA, Davison da Silva. **Parceria entre escola e família na formação integral da criança**. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v1i1.3476>. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3476>> Acesso em 11 de outubro de 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002

NADOLNY, L. D. F. **Estratégias de formação continuada para professores de educação infantil: em foco a linguagem movimento**, 2010. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10\\_Lorena%20de%20F%C3%A1tima%20Nadolny.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_Lorena%20de%20F%C3%A1tima%20Nadolny.pdf)> Acesso em: 26 março de 2022.

NETO, J. J. S; JESUS, G. R. D; KARINO, C. A; ANDRADE, D. F. D. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013, disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>> Acesso em 11 de outubro de 2022.

NOGUEIRA, A. L. **Formação continuada na educação infantil: concepções e práticas de educadoras**. Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 11, n. 2, 2015. DOI: 10.5216/rir.v11i2.38073. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/38073>> Acesso em: 28 março de 2022.

SANTOS, M. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. In: **XI Encontro Nacional Didática e Prática de Ensino: Olhando a qualidade do ensino a partir da sala de aula**, Águas de Lindóia, Anais..., 1998. p.11-28.

SEVERINO, A. J. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, R. L. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 71-89.

SILVA, A. M; OLIVEIRA R. F. D. **A relevância da formação continuada do (a) professor (a) de educação infantil para uma prática reflexiva**, 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20DO%20\(A\)%20PROFESSOR%20\(A\)%20DE.pdf](http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20DO%20(A)%20PROFESSOR%20(A)%20DE.pdf)> Acesso em 25 março de 2022.

SILVA, Maria de Jesus Assunção e. **Formação continuada de professores da educação infantil: Diferentes paradigmas e a Pedagogia Crítica**, 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26228\\_12555.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26228_12555.pdf)> Acesso em 27 março de 2022.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 1ª reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003.